

Empréstimo privado soma 14,3% do PIB

De São Paulo

Redução dos juros básicos, reforma da Lei de Falências e ampliação do cadastro positivo de pessoas físicas têm sido apontados como medidas essenciais para ampliar o volume de crédito no Brasil. É um diagnóstico antigo. A novidade é que o governo Lula mostra disposição para tirar algumas dessas medidas do papel.

Segundo dados compilados pela Engenheiros Financeiros & Consultores (EFC), o crédito representa apenas 14,3% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil, contra mais de 100% em países desenvolvidos. Daniel Coradi, presidente da EFC, atribui à concorrência imbatível do governo pelo crédito privado a causa de tão pouco dinheiro destinado pelos bancos à produção e ao consumo. Liderando a lista das mais altas do mundo, a taxa de juros só deve cair como resultado das políticas macroeconômicas de ajuste do setor público.

Já a Lei de Falências e o birô positivo estão em fase adiantada, tendo recebido um "empurrão" do governo nos últimos três meses. Ambas as iniciativas visam reduzir as perdas com crédito, um fator que chega a pesar 30% no valor da margem (spread) cobrada pelos bancos em cima da taxa básica de juros, tornando mais caro e restringindo os empréstimos e financiamentos.

Convocada a colaborar, com a apresentação de propostas concretas para ampliar o crédito no país, a discretíssima Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) está se mexendo. Tem participado ativamente no apoio à tramitação da nova Lei de Falências no Congresso e incluiu na pauta de reuniões de seu comitê de política de crédito a ampliação do birô positivo, rompendo uma resistência de muitos anos. (JR)